

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Heringer: “Que não defenestrem Lupi”

O PDT e o sacode do caminhão

“Não dá para ficar com alguém que no primeiro sacode te joga para fora do caminhão”. A frase, do líder do PDT na Câmara, Mário Heringer (MG), resume o sentimento do partido diante da crise do INSS, que fustiga o ministro da Previdência, Carlos Lupi. “Se Lupi vier a ser defenestrado, eu serei o primeiro a defender que não haverá mais qualquer sentido para que o PDT

permaneça no governo”, afirmou Heringer ao Correio Político. Segundo o líder, antes mesmo do caso do INSS, o PDT já estava “cem por cento irritado” com o governo, cobrando maior reciprocidade no apoio dado pelo partido. “Agora, tudo isso já nos causou uma grande lesão, que Lupi só pode reverter no governo. Sair estigmatizado sem ter tido culpa é coisa que pode”.

Hargreaves

Heringer elogia a famosa “solução Hargreaves”, que o ex-presidente Itamar Franco usou quando Henrique Hargreaves foi acusado na CPI do Orçamento. Ele era ministro da Casa Civil, e Itamar afastou-o enquanto aconteciam as investigações. Inocentado, voltou.

Dois pesos

“A solução é ótima. Mas não pode haver dois pesos e duas medidas”, reage Mário Heringer. “Se fosse para fazer como fez Itamar Franco, isso precisaria ser feito antes com outros que também sofreram denúncias. Não pode haver dois pesos e duas medidas”.



Para PDT, Lupi tem que ter chance de se defender

CPI pode ser jogada de risco para oposição

No PDT, segundo Heringer, avalia-se que a CPI do INSS pedida pela oposição pode acabar virando um tiro pela culatra. Apurações da Controladoria Geral da União (CGU) já apontavam desvios de recursos da previdência desde 2018, ainda no governo Michel Temer. Que seguiram no governo Jair Bolsonaro. Segundo a

CGU, de 2019 a 2024, foram descontados mais de R\$ 6 bilhões em benefícios previdenciários pelos sindicatos, nem todos os descontos irregulares. “Como se diz, CPI a gente sabe como começa, mas não sabe como termina”, alerta Mário Heringer. “Antes, teria de dar explicações o ex-ministro Paulo Guedes”, provoca.

Secretaria

No governo Bolsonaro, a Previdência era uma secretaria ligada ao Ministério da Economia, chefiado por Paulo Guedes. O secretário era o hoje senador Rogério Marinho (PL-RN). Depois, houve mudança e Onyx Lorenzoni passou a ser ministro do Trabalho e Previdência.

Defesa

Para o líder do PDT, cabe agora a Carlos Lupi defender-se. “Eu estou certo de que ele não tem envolvimento. Mas quem o acusa é que precisa provar esse envolvimento”, afirma. “Há várias versões sobre esse episódio, de acordo com a conveniência de cada um”.

Inocência

“A mesma presunção de inocência que dou agora a Lupi eu dou a esses ministros anteriores”, diz Mário Heringer. “Se um ‘zangão’ engana um velhinho num sindicato no Rio Grande do Sul, será que o ministro da Previdência tem mesmo de saber?”, questiona o líder do PDT.

Lupi

Em 2011, Lupi era ministro do Trabalho, e acabou saindo pressionado por denúncias de uso de verbas públicas. “No final, nada ficou provado”, afirma agora Heringer. “Ele já foi esculachado em 2011. Vão esculachá-lo de novo agora? Ele não vai deixar isso correr frouxo”.

Oposição protocola pedido para criação de CPI do INSS

Assinaturas necessárias foram atingidas na noite de terça-feira

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

A oposição ao governo na Câmara dos Deputados protocolou, na quarta-feira (30), o pedido para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar denúncias de fraudes cometidas contra aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A iniciativa é do deputado Coronel Chrisóstomo (PL-RO) e foi formalizada logo após uma coletiva de imprensa dos parlamentares, realizada à tarde no Salão Verde. Na noite anterior, o número mínimo de assinaturas exigido foi alcançado.

Até o momento da publicação desta matéria, foram reunidas 185 assinaturas — superando as 171 necessárias para que uma CPI seja oficialmente proposta. A bancada do PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, liderou o apoio à iniciativa, com 82 dos seus 91 deputados assinando o documento. Outros partidos, como União Brasil (25 assinaturas), Republicanos (18), PP (18), MDB (11) e PSD (9), também aderiram à proposta.

Fila

No entanto, ainda não há previsão para a instalação da comissão, já que há uma fila com outras 12 solicitações de CPIs. De acordo com o regimento, apenas cinco comissões podem funcionar simultaneamente. Nos bastidores, comenta-se que a oposição pode tentar retirar alguns dos pedidos existentes para acelerar a tramitação da comissão que visa investigar os golpes contra os beneficiários do INSS.

Outra estratégia considera-



Coronel Chrisóstomo é o autor do pedido de CPI

da foi revelada pelo líder do PL na Câmara, deputado Sóstenes Cavalcante (RJ): a coleta de assinaturas de senadores para que o pedido seja convertido em uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), o que poderia ampliar sua força política. “Estão sendo coletadas assinaturas para uma CPMI, liderada pela deputada Coronel Fernanda (PL-MT) e pela senadora Damares Alves (Republicanos-PR). Caso haja algum tipo de problema regimental por atraso, queremos uma CPI já para resolver os problemas desses aposentados”, afirmou.

Sóstenes também revelou que a pauta foi levada à reunião de líderes realizada pela manhã e expressou confiança de que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), fará todo o possível para garantir a apuração dos fatos. “Até porque um dos estados com o maior

número de aposentados vítimas de fraudes é a Paraíba, estado de Motta. Então, ele será o primeiro interessado em que tudo seja esclarecido”, avaliou.

Lupi

Durante a coletiva, os deputados também pediram a demissão do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, acusando-o de omissão diante das suspeitas. Segundo Chrisóstomo, a permanência de Lupi no cargo comprometeria a transparência das investigações. “Não dá para a CPI investigar casos políticos com um ministro dentro do ministério, com certeza fazendo os seus acordos contra as investigações”, afirmou.

Carlos Lupi, por sua vez, já havia declarado anteriormente que o ministério não ignorou as denúncias e que procedimentos internos de apuração

foram abertos para investigar os casos. Durante uma audiência de cinco horas na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, realizada na última terça-feira (29), ele listou as ações antifraude que estão sendo tomadas pelo INSS.

Na última semana, a Polícia Federal, em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU), deu início à Operação Sem Desconto, com o objetivo de investigar a prática de descontos irregulares em benefícios previdenciários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo a apuração, entre 2019 e 2024, mais de R\$ 6,3 bilhões foram indevidamente retirados dos aposentados e pensionistas do INSS, por meio de cobranças de mensalidades associativas que não haviam sido autorizadas pelos beneficiários.

CCJ adia decisão sobre sustação contra Ramagem

Lula Marques/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados deve votar na próxima semana a Sustação de Andamento de Ação Penal (SAP) 1/2025, que tornou o deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ) réu por tentativa de golpe de Estado. O relatório do deputado Alfredo Gaspar (União Brasil-AC) foi lido e apresentado na comissão nesta quarta-feira (30). O texto inicialmente seria discutido e votado ainda na sessão de quarta, mas foi adiado após um pedido de vista coletivo da base governista – que critica a escolha de Gaspar para o caso, por ser um aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Acusado de integrar o núcleo duro do plano de tentativa de golpe de Estado, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) tornou Ramagem réu pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; organização criminosa; dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, e com considerável prejuízo para a vítima; e deterioração de patrimônio tombado.

Sustação

Mesmo réu pela Suprema Corte, como Alexandre Ramagem é deputado federal, diplomado no final de 2022,



Alfredo Gaspar não cita especificamente Ramagem

o artigo 53 da Constituição prevê que partidos políticos podem solicitar a suspensão de uma ação penal contra parlamentares enquanto durarem os seus mandatos. No caso de Ramagem, essa sustação ocorreria até o final de 2026, caso ele não seja reeleito.

Na última semana, o STF encaminhou para a Câmara dos Deputados um ofício alegando que a Casa não poderia suspender a ação contra Ramagem na íntegra. Na avaliação do ministro Cristiano Zanin, os crimes de golpe de Estado, organização criminosa armada e tentativa de abolição do Estado

Democrático de Direito teriam ocorrido antes de Ramagem ser empossado, na época em que ele era diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

No texto elaborado por Alfredo Gaspar, o relator alega que os crimes teriam sido cometidos após a diplomação de Ramagem porque os acontecimentos de 8 de janeiro levariam os supostos crimes para essa data.

Não resta alternativa a esta Casa que não o sobrestamento da ação penal em sua integralidade”, declara o relatório de Gaspar.

Base crítica

Parlamentares da base criticaram o texto do relator do caso, classificando-o como inconstitucional. Uma das principais críticas dos parlamentares que são contra a anulação da ação penal contra Ramagem, é que o texto do relator susta “o andamento da ação penal contida na Petição 12.100, em curso no Supremo Tribunal Federal, em relação a todos os crimes imputados”, sem citar especificamente o nome de Ramagem.

Dessa forma, como o parlamentar está na mesma ação penal do ex-presidente Jair Bolsonaro, o parecer do relator suspende o julgamento que engloba todo o principal núcleo da tentativa de golpe. Caso o relatório de Gaspar seja aprovado na CCJ, o texto seguirá para votação no plenário da Casa. Porém, mesmo que ele seja aprovado no plenário com ao menos os 257 votos necessários, há chances de o Supremo vetar parte da decisão da Câmara.

“Isso é muito pior do que anistia, é um trem da alegria da impunidade. Se for votada só a situação do deputado Ramagem, isso pode ser aprovado na Câmara dos Deputados, contra meu voto, mas pode ser aprovado. Um trem da alegria desses é de uma inconstitucionalidade acachapante”, criticou o deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA).